

Para citar esse documento:

FONSÊCA, Agnaldo Sousa. Um olhar para a dança na escola: as manifestações culturais locais de Itapuã como referências simbólicas e estéticas para o processo de ensino de dança na educação formal. *Anais do V Encontro Científico Nacional de Pesquisadores em Dança*. Natal: ANDA, 2017. p. 36-52.



[www.portalanda.org.br](http://www.portalanda.org.br)

**UM OLHAR PARA A DANÇA NA ESCOLA:  
AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS LOCAIS DE ITAPUÃ COMO REFERÊNCIAS  
SIMBÓLICAS E ESTÉTICAS PARA O PROCESSO DE ENSINO DE DANÇA NA  
EDUCAÇÃO FORMAL**

Agnaldo Sousa Fonsêca (UFBA)<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esse artigo propõe um olhar diferente para a educação escolar e suas ações educativas no contexto brasileiro da contemporaneidade. Sugere e defende as manifestações culturais locais como viés para uma educação emancipadora e *libertadora* pela dança, considerada aqui, como uma linguagem artística fundamental na formação humana do sujeito, com vista a propagar o seu reconhecimento legal obrigatório no currículo da rede de ensino do país. Critica as tendências pedagógicas tradicionalistas, as quais tendem a desconsiderar os meios não verbais de mediação do conhecimento, como a dança. Essa tendência pedagógica, herdada da imposta educação colonizadora, negou e subjuguou os valores, saberes e conhecimentos dos povos indígenas e africanos no percurso de nossa história e priorizou o referencial cultural eurocêntrico. Defende-se que o legado étnico, histórico e artístico brasileiro herdado dos povos que nos constituíram, precisa ser tratado numa perspectiva de equidade de valores. E Itapuã traduz esse legado nacional.

**PALAVRAS CHAVES:** Dança. Educação. Cultura local. Itapuã

**A LOOK AT THE DANCE IN SCHOOL:  
THE LOCAL CULTURAL EXPRESSIONS OF ITAPUÃ AS SYMBOLIC AND  
AESTHETIC REFERENCES TO THE PROCESS OF TEACHING DANCE IN FORMAL  
EDUCATION**

Agnaldo Sousa Fonsêca (UFBA)

**ABSTRACT:** This article proposes a different look at school education and its educational actions in the Brazilian context in present time. It suggests and argues that the local cultural expressions can be a way to an emancipating and liberating education through the dance, considered here as an essential artistic expression in the human formation of the subject, with the purpose to propagate its legal recognition obligatory in the curriculum of education network of the country. It criticizes the traditionalist pedagogical trends which seem to disregard the non-verbal means of mediation of knowledge, like the dance. This pedagogical trend, inherited from the colonized education, has denied and subjugated the Indians and Africans' values and knowledges in the course of our history. Instead, it has prioritized the Eurocentric cultural reference. This article argues that the ethnic, historical and artistic Brazilian legacy inherited from the ones who made up our people, needs to be addressed in a perspective of an equality of values. And Itapuã translates this national legacy.

KEYWORDS: Dance. Education. Local culture. Itapuã

## Introdução

Essa produção textual refere-se a temática à ser defendida no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Monografia), do Curso de Pós-Graduação Especialização em Arte Educação: Cultura brasileira e linguagens artísticas contemporânea, da Escola de Belas Artes – EBA/UFBA. E a pesquisa de campo se encontra em andamento na Escola Municipal Dorival Caymmi de Itapuã. Instituição de Ensino Fundamental de Salvador, onde a metodologia da pesquisa artística-científica está sendo desenvolvida por uma proposta de intervenção artística-educativa de Dança. E tem como orientadora a Professora Doutora em Educação Amélia Vitória de Souza Conrado.

Dentre as minhas vivências, inquietações, estudo e pesquisa na área da dança, as diversas manifestações culturais brasileiras, sobretudo, as de cunho populares que consolida um verdadeiro sincretismo de culturas que caracterizam as identidades brasileiras de ser, hoje. Despertou-me para perceber o quanto as manifestações culturais, principalmente aquelas do entorno da escola, podem e deveriam ser as primeiras referências de conhecimento e saberes a serem trabalhados pelos professores dessas instituições, oportunizando meios que possibilitem aos estudantes à construir relações com o que é abordado na escola e o que é vivenciado por eles(as) fora dela. Potencializando, dessa forma, os valores culturais local, onde os mesmos estão inseridos.

Esse olhar, de uma ação educacional e educativa partindo dos conhecimentos, saberes e valores culturais construídos ao longo da história de uma comunidade brasileira, no caso a de Itapuã, e pelo viés da dança, contrapõe-se drasticamente das ainda adotadas no país, uma educação tradicional, a qual prevalece a comunicação verbal como tendência de único caminho possível para a formação escolar do sujeito.

No percurso da história de nossa imposta Educação, prevaleceu o referencial cultural da elite política e econômica, ou seja, prevaleceu o referencial da cultura eurocêntrica, a qual discriminou e tentou negar a cultura indígena e negra como

promotoras de saberes e valores a serem considerados. A partir desse fato, podemos está trazendo a fala da Doutora em Educação Amélia Conrado (2004) quando expõe que,

A inserção dos conteúdos da cultura popular brasileira nos programas de ensino na contemporaneidade pode proporcionar um recontar da nossa história enquanto sujeitos sociais, valorizando outros referenciais que foram e continuam sendo recalçados pela ideologia dominante, que valoriza os padrões importados, desde a colonização, e que favorecem no dia-a-dia uma desigualdade, desqualificação e negação da rica contribuição dos povos indígenas e africanos, inclusive na escola (Conrado, 2004, p. 42).

O objetivo maior de se discutir sobre essa temática, consiste na ideia de colocar a cultura que se faz presente, no seu tempo e espaço, na vida dos indivíduos que compõe o tecido social do país, nas suas diversas localidades e comunidades, seja rural ou urbana, como propulsoras para a adoção de uma política educacional de equidade com os nossos valores herdados; étnicos, históricos e de concepções de modo de ver e está no mundo.

Ao longo do texto vamos está discutindo o conceito de cultura, educação e arte, e como esses fenômenos da experiência humana em sociedade se relacionam a partir da temática defendida nesse ensaio; *as manifestações culturais locais de Itapuã como referências simbólicas e estéticas para o processo de ensino de dança na educação formal*, e que corresponde a um olhar diferenciado para a dança na escola. E podemos acreditar que,

Ao dançarmos expressamos sentimentos, emoções e integramos o corpo, a mente e o espírito, numa forma essencial de expressão humana que nos leva à transformação, à criatividade, à expressividade, à comunicação e à construção do “eu” e do mundo que nos rodeia (Marques e Xavier, 2013, p. 48).

Mas, antes de prosseguirmos nas discussões, vamos conhecer um pouco mais sobre Itapuã e o seu contexto cultural de hoje. Como se constituiu esse bairro litorâneo, localizado na cidade da Salvador/ BA, Brasil. E que se transformou num território cantado e reverenciado no Brasil e pelo mundo.

### **Arkhé<sup>1</sup> histórica de Itapuã e suas manifestações culturais<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> A Arkhé é o que vem e está antes de tudo, no começo e no fim de tudo, o fundamento, o fundo imortal e imutável, incorruptível de todas as coisas, que as faz surgir e as governa. É a origem, mas não como algo que ficou no passado e sim como aquilo que, aqui e agora, dá origem a tudo, perene e permanentemente ([www.triplov.com/Filosofia/Pré-socráticos/](http://www.triplov.com/Filosofia/Pré-socráticos/)).

Itapuã localiza-se à 23km de distância do centro da cidade, e hoje é um dos bairros mais populosos de Salvador. Nome de origem indígena, “Itapuã, na língua tupi-guarani, significa “pedra que ronca” – ita significa “pedra, e puã, “ronco”. Há também outra interpretação que diz ser Itapuã, em tupi, um “rochedo que ergue”, [...]” (Luz, 2012, p. 22)

Os indígenas Tupinambás foram os primeiros habitantes do local, e constatado esse fato marcante em sua territorialidade, a partir do século XX o bairro passa a ser considerado e tratado como Vila de Pescadores que viviam do artesanato, da pesca e da carpintaria naval. Porém, o que se tornou atividade econômica mais rentável nesse período, sobretudo, a partir da década de 50 foi a pesca da baleia para extração e o refino do óleo que, posteriormente, seria vendido e utilizado na iluminação pública.

Nos anos 70 Itapuã passou a receber pessoas que vinham de longe fixar residência, sendo ocupado por loteamentos e condomínios, tornando-se um dos bairros residenciais mais popular de Salvador. Hoje, além das praias, o bairro encanta à todos também por guardar outros atrativos como o Farol de Itapuã e a famosa Lagoa do Abaeté, situada no Parque Metropolitano da Lagoa e Dunas do Abaeté.

Em Itapuã também tem na sua história a organização territorial do Quilombo Buraco do Tatu, que manteve-se erguido inspirado no modo de vida africano e se expandiu em áreas importantes estrategicamente em Itapuã, a exemplo das dunas envolvendo a Lagoa do Abaeté e toda a sua extensão. Como confirma a pesquisadora Narcimária Luz (2012),

No contexto adverso escravista, Itapuã abrigou a vida societal do Quilombo Buraco do Tatu, organizado no século XIX, e que durante 20 anos se tornou um território paralelo-alternativo ao Estado escravista, onde foram implantadas as formas históricas de sociabilidade africana, alimentando o viver cotidiano, conservando um sentido profundo de comunalidade, ancestralidade e continuidade existencial africana (Luz, 2012, p. 73).

---

<sup>2</sup> As informações da história de Itapuã contidas nesse capítulo do texto foi retirado do blog <agnaldouneb.blogspot.com>, construído durante o curso de Pedagogia da UNEB, em 2014.

Considerado o Quilombo de alta periculosidade, o governo interino da Bahia da época ordenou sua imediata destruição, sendo o Quilombo arrasado, e vários rebelados mortos e outros feitos prisioneiros.

Todo esse contexto histórico do espaço territorial de Itapuã, onde aí, inclui os seus primeiros habitantes, os Tupinambás, os negros que lá se refugiaram e o povo branco que ocuparam a região, resultou num sincretismo de culturas que firmou um contínuo existencial singular, caracterizado pelos mitos, lendas e estórias que permeiam o imaginário do povo nativo local.

Esse arcabouço de interculturalidade humana presente na vida dos moradores de Itapuã, hoje se faz presente nos diversos movimentos culturais constatados na comunidade, como os ligados as questões ecológicas e as das expressões e manifestações populares coletivas local, como a Lavagem da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, que se trata de uma festa religiosa católica e profana que tem a participação das baianas caracterizadas que fazem parte das religiões de matrizes africanas, e diversos grupos da comunidade; de capoeira, samba, dança, percussão e blocos. E há outras festas coletivas como o carnaval e os sambas junino.

Atualmente, há também entidades organizadas que atuam numa perspectiva de se manter viva a herança cultural do bairro, como a Colônia de Pescadores de Itapuã, as Ganhadeiras de Itapuã<sup>3</sup> e o Bloco Afro Malê Debalê<sup>4</sup>, sem falar nos tradicionais

---

<sup>3</sup> Grupo Cultural criado em março de 2004, e batizado com esse nome em homenagem às mulheres que no século XIX compravam os peixes nas mãos dos pescadores locais, tratavam, empalhavam, e saíam com seus balaios a pé para venderem os seus produtos. Composto por 10 crianças, 6 músicos e mais 17 senhoras (Cantadeiras, Ganhadeiras, Lavadeiras), e as apresentações são realizadas com muita música e samba no pé.

<sup>4</sup> Criado em 23 de março de 1979, o Malê Debalê nasceu de jovens moradores de Itapuã e de outros bairros. Entidade carnavalesca e promotora de valores e significados da cultura negra. O nome “Malê” representa uma homenagem aos negros mulçumanos que, em 1835, realizaram um importante feito na história do Brasil, a Revolta dos Malês, em Salvador/BA. E “Debalê” traduz uma conotação de “positividade”, felicidade, ou qualquer tradução de caráter afirmativo.

vendedores informais de água de coco, acarajé, artesanatos e iguarias diversas. Itapuã trata-se também de um lugar que inspira artistas plásticos, escritores, músicos e poetas.

Que tal passarmos “uma tarde em Itapuã”? Comeremos um acarajé em Cira, acompanhado de água de coco, subiremos devagarinho a ladeira do Abaeté e, olhando para a sua água escura, vamos fazer pedidos à mamãe Oxum. Lá, podemos imaginar que estamos sendo embalados pelas canções dos povos Tupy (Oliveira, 2012, p. 105).

Essas sensíveis palavras, da professora Nadir Oliveira (2012), correspondem a um relato vivo da dinâmica de vida da comunidade de Itapuã, hoje. Nos mostrando o quanto os valores simbólicos, míticos e da forma de vida social de um povo, de uma comunidade, pode nos dar subsídios para a criação e recriação artística com base em suas manifestações culturais existentes. Promovendo um fazer artístico original.

Por essa pujança de manifestações culturais e artísticas presente em Itapuã, propõe-se nesse ensaio adotá-las como referencial para uma ação pedagógica, educacional e educativa nas escolas do Ensino Fundamental da comunidade. Pois, espera-se que favoreça para uma formação escolar e cidadã, a partir de um contexto da cultura local para a universal, e não o inverso, a qual, talvez subjuguem os valores simbólicos constitutivos, não só, no imaginário coletivo da população, como os vivenciados no cotidiano da dinâmica de vida dos moradores.

### **Cultura – Educação – Arte**

Segundo Laraia (2009), *Culture* trata-se de um vocábulo sintetizado pelo Antropólogo inglês Edward Tylor (1832-1917), e “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor, 1871 apud Laraia, 2009, p. 25). Entretanto, sabemos que existem hoje, várias definições diferentes para o termo *Cultura*, e não é a nossa intenção estarmos discutindo a construída hierarquização e diferenciações sobre o que seja *cultura erudita* e *cultura popular*. Ideologicamente pensadas para recalcar e discriminar o que as

*massas, o povão, os guetos, as periferias das cidades e as pequenas e grandes comunidades produzem de forma material e imaterial.*

Considero cultura como um contínuo processo da vida humana em sociedade, na qual, está implicada todos os aspectos históricos, étnicos, filosóficos, científicos, artísticos, políticos, econômicos, educativos, de criação e produção material e imaterial, e fundamentalmente, as relações sociais de convivência. Portanto, todas as manifestações culturais, populares ou não, da comunidade de Itapuã, estão sendo consideradas como integrantes de uma cultura e local. Porém, que busca um diálogo com a universal e se interlaça com a nacional, constituindo-se como um forte e autêntico legado da nossa história no Brasil.

A Educação, no século XXI, precisa avançar, transgredir em suas diversas formas de educar e mediar os saberes construídos culturalmente, e ligar o conceito de educação à sua efetiva ação prática; educar para “um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano” (Ferreira, 2004, p. 334). E o sistema educacional brasileiro, nos tempos atuais, ainda reflete a herança e resquícios da imposta educação jesuítica e colonizadora europeia. A qual, prevaleceu e ainda prevalece a supremacia de seus conhecimentos e legados culturais como referência.

A partir da nossa descendência cultural indígena, europeia e africana, precisamos superar preconceitos (raciais, intelectuais, científicos, religiosos e artísticos) para que possamos construir uma educação no Brasil mais justa, igualitária e humana. Sem recalques e rechaçamentos às diversas formas de transmissão de saberes e concepções de cosmovisão de mundo. Nesse sentido, de certa forma, a legislação brasileira em relação as políticas públicas educacionais nas últimas décadas, vêm avançando. Consta na Lei nº 9.394/1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em seu Art. 1º o seguinte:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, LDB/1996).

E no título II, que trata dos princípios e fins da educação nacional, consta no Art. 3º, dentre vários princípios, que o ensino será ministrado com liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (Brasil, LDB/1996). Conclui-se a partir desses artigos da LDB/1996, que há o reconhecimento legal das manifestações culturais como processos formativos para o indivíduo, enquanto cidadão e sujeito de nossa sociedade. Mas, precisamos enfatizar e buscar meios para que de fato a lei se cumpra.

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, são leis criadas recentemente e que marcam uma conquista de lutas por décadas dos movimentos sociais brasileiros para o reconhecimento da cultura indígena e afro-brasileira como saberes constitutivos da formação identitária brasileira e necessária para uma formação educacional e cidadã de respeito e equidade étnica e cultural no Brasil. A Lei exige a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena* no currículo oficial da rede de ensino.

Cabe nesse momento trazer o que Dermeval Saviani (2013) pensa a respeito do significado de educação, em termos amplos e no que ela coincide com a cultura; “conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (Bosi, 1992, p. 16 apud Saviani, 2013. p. 27). Esse estado de coexistência social, só será possível quando for admitido, de fato, pela sociedade brasileira que há uma coexistência de culturas, que dialogam e precisam ser reconhecidas.

Duarte Jr. (2003) aponta para a missão básica da educação nos dias atuais, de estimular o sentimento de si mesmo, incentivar esse sentir-se humano de modo integral em uma ocorrência paralela aos processos intelectuais e reflexivos acerca de sua própria condição humana. E a inserção desse sujeito na realidade de uma comunidade e cultura local não pode ser menosprezada em favor de um universalismo abstrato e extirpador de raízes. Sentir o mundo, consiste, primordialmente, em sentir sua porção e seu derredor para que qualquer pensamento e raciocínio abstrato acerca dele possam acontecer sob bases concretas e antes de tudo sensíveis.

Não há somente uma forma de aprender e ensinar, há múltiplas formas. Uma delas corresponde a dimensão da Arte, e a dança enquanto uma das linguagens artísticas constitui-se como um caminho possível para a formação do estudante. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Arte (2000) encontra o seguinte:

A dança é uma forma de integração e expressão tanto individual quanto coletiva, em que o aluno exercita a atenção, a percepção, a colaboração e a solidariedade. [...] É também uma fonte de comunicação e de criação informada nas culturas [...] aspectos que são fundamentais para seu crescimento individual e sua consciência social (PCN/Arte, 2000, p. 67- 68).

Uma educação pela arte abre possibilidades de contribuir de forma significativa para a superação de preconceitos e colaborar para uma formação mais sensível, de descobertas de si e do outro para uma relação mais humana e de respeito as diferenças no convívio social. E a dança nessa dimensão artística pode contribuir efetivamente para uma formação integral e cidadã; desenvolver o intelecto, o corpo e sobretudo, a sensibilidade, enquanto sujeitos sociais que somos para uma melhor compreensão dos aspectos pessoais e coletivos na vida em sociedade. Essas palavras podem ainda ser enfatizadas com o entendimento de Lia Robatto (2012), quando afirma que,

O ensino de dança – por tratar-se de uma prática artística, através da percepção do potencial do próprio corpo e de suas implicações culturais e sensoriais, emotivas e conceituais – propõe um conhecimento não só objetivo, técnico, mas também significativo, a partir de uma educação sensível, que abrange aspectos subjetivos e, ao mesmo tempo, coletivos, criativos, reflexivos e críticos”. (ROBATO, 2012, p. 72).

Na cultura estão inclusas as dimensões da educação e da arte. E enfatizar a arte como meio de promover uma formação educacional escolar mais sensível, transformadora e humanizador corresponde aos anseios desse ensaio. Em que a dança enquanto uma das linguagens artísticas será o caminho para mediar os saberes e conhecimentos das manifestações culturais local, no caso, a de Itapuã.

Na história dos processos educacionais e educativos no Brasil, a transmissão dos conhecimentos sistematizados dos conteúdos curriculares trabalhados na escola, sempre ocorreram de forma verticalizada, de cima para baixo. Conhecimentos esses, impostos e muitas vezes descontextualizados das realidades e identidades culturais dos alunos.

Caracterizados por serem processos com diretrizes para atender aos interesses das autoridades do poder político e econômico.

A considerada *cultura universal* sempre se sobrepôs à local, no parâmetro de uma referência ideal para formar o sujeito. A proposta aqui, baseia-se em construir um processo educativo ao inverso; a partir da cultura local. Colocando-a como referência para uma ação educativa na escola, contextualizada com a realidade de vida dos alunos, e que resulte numa formação escolar e cidadã com vínculos afetivos, significativos, e de pertença territorial. Onde os valores constitutivos da cultura local, a qual a escola está inserida, se sobressaia e prevaleça sobre a externa à ela – a universal – sem no entanto perder a possibilidade de dialogar.

Como afirma Roque Laraia (2009), “a cultura é processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo” (Laraia, 2009, p.49). Podendo limitar justamente se prevalecer ainda, nos dias atuais, processos educativos e educacionais hierarquizados, verticalizados e impostos, desprovido para uma efetiva formação escolar emancipadora e transformadora do sujeito, para que ele possa se instrumentalizar para intervir no mundo e ir em busca de uma melhor qualidade de vida.

Estimular a ação criativa do sujeito durante a sua formação escolar se constitui não só um caminho de desenvolver sua autonomia e descobertas, assim como, uma fundamental estratégia educativa de ensino em Arte, que pode potencializar suas intuições e percepções diversas, sobre si, os outros e o meio de convivência. “Todo aluno precisa ser ajudado por seu professor a perceber que seu “fazer artístico” é sempre fato humanizador, cultural e histórico capaz de construir e apresentar sentimentos, revelando consciência de tempo, lugar e pessoas” (Selbach, 2010, p. 35). Contribuindo assim, para a sua compreensão sobre o seu contexto cultural e como está inserido nele, despertando-o para um sentimento de pertença, étnica e territorial. Nesse sentido,

A Dança como processo criativo poderá impedir que o ensino como instrumento ideológico desestime a reflexão da massa tornando-a facilmente manipulável uma vez que sabemos ser difícil disciplinar a criatividade. Desta forma poderá

favorecer o resgate da educação transformadora e renovadora (Nanni, 2008, p.265).

Dionísia Nanni (2008) quer nos alertar com essas palavras da necessidade atual de enfatizar uma educação pela dança, desde que, seja numa perspectiva reflexiva e *libertadora*, potencializada por um processo que desenvolva a criatividade, uma das dimensões da arte que abre possibilidades de desenvolver a autonomia do aluno no seu processo de ensino-aprendizagem, no seu fazer artístico na escola, mas que provavelmente irá reverberar no decorrer de sua vida pessoal, social e profissional.

Precisamos enfatizar e acreditar também que a Arte trata-se de um caminho possível para a formação escolar, cidadã e humana. Potencializando o seu reconhecimento legal: “O ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover a desenvolvimento cultural dos alunos” (Art. 26, PCN: Arte, 2000). Pois, corresponde a “um conhecimento que aproxima pessoas por favorecer a percepção de semelhanças e diferenças entre as culturas, no tempo e espaço” (Selbach, 2010, p. 35).

Esse reconhecimento legal da arte enquanto uma dimensão do conhecimento humano a ser trabalhado no ensino básico, não deve incorrer no erro de ser algo desenvolvido de forma espontaneista ou vindo através de um ensino tradicional – *bancário*. O professor de arte, seja ela; visuais, de dança, teatro, ou de música, necessita se fundamentar nos princípios de quem vivencia e tem a arte como uma forma de se posicionar e ver o mundo. A arte compreende uma dimensão imersa na cultura, portanto, entende-se que a educação em arte pode favorecer o quê Lia Robatto (2012), de forma significativa expõe e os Parâmetros Curriculares Nacionais afirma:

A prática da arte como educação promove o entendimento do lugar da sensibilidade estética e da criação na formação do ser humano. Considera-se a percepção subjetiva do educando, a sua imaginação, a ampliação de seu repertório cultural e as formas de representação do seu imaginário e de visão do mundo (ROBATTO, 2012, p.200).

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e

conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas (PCN: Arte, 2000, p.19).

Cabe, nos dias atuais, que no processo das práticas pedagógicas no âmbito escolar, o professor busque desenvolver atividades com o aluno que o envolvam em seu contexto cultural. A educação em arte propicia um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana e “vem abrir perspectiva para uma compreensão do mundo de forma mais flexível, mais poética, mais sensível e mais significativa. Assim, a dança, considerada a mais antiga das linguagens artísticas, não pode ser ignorada” (STRAZZACAPPA, 2006, p. 71) no contexto escolar, por se tratar de uma área do conhecimento humano de relevância para o desenvolvimento do sujeito.

### **A dança na escola da educação formal**

A dança enquanto ação no convívio social tem no corpo o ponto de partida para expressar vontades e significados, e “enquanto veicula ideias, concepções e valores relacionados à forma de organização das classes sociais e produção cultural, poderá ser processo de renovação do ser pela emancipação possível” (Nanni, 2008, p. 265). E buscar entender o potencial transformador da dança colabora de forma significativa para uma atuação docente responsável e comprometida com a formação efetiva de nossos estudantes.

Precisamos ver a dança como meio para despertar os estudantes para uma postura ativa e significativa no convívio social, principalmente no ambiente escolar. E entendamos a dança como potencializadora do desenvolvimento do corpo, do intelecto, da sensibilidade, do raciocínio, da socialização e, sobretudo, da criatividade.

O espaço da escola, provavelmente e talvez seja, o único ambiente no qual grande parte dos estudantes tenham a oportunidade de vivenciar arte, e essa experiência pode significar muito na vida deles. Para John Dewey (2010), não há experiência mais intensa do que a arte. E a dança corresponde a um dos caminhos possíveis de experiências intensas que pode mobilizar internamente o sujeito, contribuindo na sua formação para a

vida, desde quando haja um ambiente pensado para uma prática que favoreça a esse propósito.

A dança se apresenta como uma das formas de expressão coletiva mais fortes, trata da alma, do espírito, da fantasia, da criatividade e do corpo. Ela trata do sujeito como um todo une seu corpo com o seu sentimento e suas sensações. No momento que você trabalha isso e elabora, você transforma o aluno, você faz com que tenha consciência de si mesmo, tenha confiança, se descubra e se auto revele (ROBATTO, relato oral, 2016).

Esse pensamento no que a dança pode favorecer na vida do sujeito vem consolidar a sua contribuição em nossa formação humana. Dina Tourinho (2016) complementa essa análise sobre a dança, colocando o seguinte:

Ela possibilita o autoconhecimento, a percepção do próprio corpo e do corpo do outro, ela permite a socialização, pois ela se desenvolve, de maneira geral em situações coletivas principalmente nas experiências de dança sociais ou mesmo nas experiências coreográficas sistematizadas, nas quais se trabalha as relações do corpo com o corpo do outro, do corpo, ou vários corpos no espaço. E também no entendimento que a arte "educa per si", então fruir arte, fruir dança, experimentar dança é educar no sentido maior que essa palavra traz em si. Nesse processo, o aluno vai ampliando suas percepções do mundo, transformando-se, permitindo questionar-se e assim ir construindo-se como indivíduo" (TOURINHO, relato oral, 2016).

A partir dessas reflexões, compreende-se que a Arte por si só educa, e por conseguinte promove um ser humano diferente. Uma criança que em sua vida escolar tem a oportunidade de vivenciar uma experiência na Arte, resulta em formar um cidadão mais atento à sociedade, mais atento ao outro, com uma visão crítica mais ampla, o que possibilita refletir melhor sobre o mundo e seu contexto. Esses aspectos no que a Arte pode favorecer, induz a oferecer para os estudantes uma dança autoexpressiva e singular, na qual seja oportunizado à ele se expressar a partir de seu entendimento enquanto sujeito/corpo que pensa e age.

Quando o ensino de dança recorre à sensibilidade e à imaginação corporal do aluno, produzindo movimentos, formas e gestuais numa perspectiva emocional, sensível e intuitiva, em abordagens subjetivas promovendo a livre expressão de seus sentimentos e ideias, com qualidade técnica e valor estético, essa prática está atribuindo centralidade ao aprendiz, um dos princípios mais significativos da educação". (ROBATTO, 2012, p. 76).

E essa centralidade se desenvolve a partir do momento em que o professor passa a considerar o corpo como o principal meio de emancipação do ser humano e por ser através dele que se manifesta os nossos reais sentimentos perante qualquer situação na vida. Como professor, há que se ter a responsabilidade de buscar a desconstrução do estado de subjugo em que o corpo foi colocado historicamente nesse país. O corpo foi negado, escravizado e docilizado. Ainda na contemporaneidade se carrega as marcas dessa negação, embora o mesmo corpo *subjugado* pode se tornar transgressor, poético e interventor.

Hoje, o professor, independente dos desafios que a classe enfrenta e o que o sistema educacional oferece, ele tem o compromisso social de buscar trabalhar em uma perspectiva de melhora qualitativa do ensino no país, deve ser a meta de seus propósitos como docente e que esteja sempre engajado e comprometido em um processo educativo não *bancário*, mas, sobretudo, emancipador, autônomo e transformador. E além de se instrumentalizar devidamente, buscar uma atuação sensível, perceptiva e criativa.

E faz-se necessário pontuar e compreendermos que o papel da dança no espaço da escola da educação formal não direciona-se para a profissionalização dos estudantes, mas entendê-la como um processo de aquisição de conhecimentos que passam pelas experiências corpóreas, que correspondem a fonte de nossas relações enquanto seres sociais e históricos, dotados de dimensões que abrangem aspectos subjetivos, coletivos e culturais.

### **Considerações finais**

Proponho o reconhecimento do corpo, através da dança, como viés para a formação integral do aluno, e tomando-a como uma das linguagens artísticas fundamentais na formação escolar do sujeito, pois, pelo seu recente reconhecimento legal como uma das áreas do conhecimento humano à ser obrigatória no currículo da rede de ensino do país, precisamos discutir como ela está sendo entendida e aplicada. Uma vez que, historicamente, o ensino da dança fora da escola formal, no âmbito da profissionalização em dança, tem majoritariamente caráter disciplinador do corpo,

baseado em uma estética específica de dança a ser assimilada e aprendida, condicionando o corpo em um ideal pré-fabricado, mobilizando o sujeito a partir de referências corporais externas, não as suas.

O professor deve reconhecer e potencializar as identidades culturais dos alunos. Pois, a criança chega à escola com um corpo vivido e, a dança a ser desenvolvida espera-se que surja a partir da mediação do que o professor possa trazer, dar *nutrientes*, e a autoexpressão de movimentos dos alunos, investigando o seu repertório corporal. Para isso, precisa-se oportunizar um ambiente no qual os estudantes tenham voz, construam os seus espaços e sejam eles mesmos, ou seja, trabalhar a dança numa perspectiva de construção de autonomia, de autoconhecimento, de empoderamento e de transformação para os estudantes. Contribuindo dessa forma, que se reconheçam enquanto sujeito/corpo que age e pensa, e imerso numa cultura local que tem valor e corresponde à saberes e conhecimentos importantes para a construção de sua identidade e busca de uma consciência social de respeito as diferenças.

Como fenômeno social da humanidade, a ideia sobre a dança aqui, se direciona em abordá-la na escola a partir de seu contexto maior, no das manifestações culturais populares, um meio original e que traduz o legado étnico, histórico e da realidade cultural vivida pelos seus integrantes. Potencializando a cultura local como viés para uma educação transformadora, que transgrida os modos tradicionais de mediação dos saberes e conhecimentos construídos na história da humanidade, e principalmente, as dos povos indígenas e africanos que também compuseram o legado cultural do Brasil, negado por séculos pelas classes dominantes do poder político e econômico. Contribuindo dessa forma para legitimar as leis que obrigam as abordagens temáticas sobre a cultura afro-brasileira e indígena no currículo da rede de ensino.

## Referências Bibliográficas

BRASIL, Lei no 9.394/1996 (**Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**), disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, acessado em 29/10/2016.

BRASIL, Lei no 10.639/2003 (**Lei da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira”**), disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, acessado em 29/10/2016.

BRASIL, Lei no 11.645/2008 (**Lei da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira e Indígena”**), disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, acessado em 29/10/2016. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Secretaria de Educação Fundamental. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CONRADO, Amélia Vitória de Souza. **Danças Populares Brasileiras: valor educacional, cultural e recurso para pesquisa e recriação cênica** – Revista da Bahia, v. 32, n. 38, maio de 2004 (p. 36 à 46).

DEWEY, John. **Arte como experiência**/ John Dewey; [organização Jo Ann Boydston; editora de texto Harriet Furt Simon; introdução Abraham Kaplan; tradução Vera Ribeiro. – São Paulo: Martins Fontes, 2010. – (Coleção Todas as Artes)

DUART JR, João Francisco. **A educação (do) sensível in o Sentido dos Sentidos**. 2. Ed. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**/ coordenação de edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira: equipe de lexicografia Margarida dos Anjos... [et al.]. – 6. Ed. Ver. Atual. – Curitiba: Positivo, 2004. 896p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** – 24 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. **Itapuã da ancestralidade africano-brasileira** / Narcimária Correia do Patrocínio Luz. – Salvador: EDUFBA, 2012.

MARQUES, Ana Silva, XAVIER, Madalena. **Criatividade em dança: concepções, métodos e processos de composição coreográfica no ensino da dança**. Revista Portuguesa de Educação Artística, v. 3, jan/dez, 2013. NANNI, Dionísia. **Dança Educação – Princípios, métodos e técnicas**/ Rio de Janeiro: 5a edição: Sprint, 2008.

OLIVEIRA, Nadir Nóbrega. **Africanidade espetaculares dos blocos afros: Ilê Aiyê, Olodum, Malê Debalê e Bankoma para a cena contemporânea numa cidade transatlântica**. Revista Repertório: teatro e dança/ Universidade Federal da Bahia. Escola de Teatro. Escola de Dança. Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas – Ano 15, n. 19 (2012.2) – Salvador: UFBA/ PPGAC.

ROBATTO, Lia de Carvalho. **A dança como via privilegiada de educação**/ Lia Robatto. - Salvador: Editora EDUFBA, 2012. 382 p. il.

\_\_\_\_\_. **Entrevista** concedida à Agnaldo Sousa Fonsêca. Salvador, 26 de abril de 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil** – 4. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – (Coleção memória da educação)

SELBACH, Simone (supervisão geral). **Arte e Didática** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. – (Coleção Como Bem Ensinar / coordenação Celso Antunes)

STRAZZACAPPA, Márcia. **Entre a arte e à docência: a formação do artista da dança/** Márcia Strazzacappa e Carla Morandi. Campinas, SP: Papyrus, 2006. (Coleção Àgere).

TOURINHO, Dina Maria Coelho da Costa. **Entrevista** concedida à Agnaldo Sousa Fonsêca. Salvador, 27 de abril de 2016.

---

<sup>i</sup> Dançarino Profissional desde 1990, Professor de Danças Afrobrasileiras, Bailarino efetivo do Balé do Teatro Castro Alves – BTCA, Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Pós-Graduando do Curso de Especialização em Arte Educação da Escola de Belas Artes – EBA/UFBA. Contato: renadence@hotmail.com.